

FRAMES SINTÁTICOS RECORRENTES NAS ATAS DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Bianca de Almeida GONÇALVES (UEM (G))¹
Ana Cristina Jaeger HINTZE – Orientadora

RESUMO. Identificam-se os padrões estruturais recorrentes no corpus desta pesquisa (atas das reuniões do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Maringá) sob a noção de *Frames*, porquanto funcionam como molduras de referência discursiva. Respalhada na Gramática Funcional e na Linguística Cognitiva, enfocase especialmente a utilização das orações subordinadas reduzidas de gerúndio e as formas nominais constituintes de participios passivos no corpus das Atas. Porquanto esse uso rompe os preceitos normativos tradicionais, sua compreensão necessita de um aparato teórico que, além das propriedades sintáticas, considere aspectos pragmáticos e funções conceituais e semânticas, pois, inclusive, as formas de planejamento influenciam a produção textual.

ABSTRACT. The models of structures frequents at this paper *corpus* (minute of University Council of *Universidade Estadual de Maringá*) are called by *Frames* because they are direct the interlocutor in discourse. Basing in Functional Grammar and in Cognitive Linguistic, we studied, especially, the subordinate sentences reduced of gerund and the nominal forms constituted the participles passives at minute *corpus*. These uses break off normative studies so we need a theory that consider pragmatics aspects and conceptual and semantics functions, because, including, the planning way influences the textual production.

1. Introdução

A presente pesquisa está integrada ao projeto institucional “Linguagem e Identidade Cultural” ao qual estão integrados outros projetos metodologicamente similares ao aqui apresentado. Esse contexto de pesquisa tem como alvo investigar as diferentes instâncias (gramaticais – morfológicas, sintáticas – semântica, discursiva) da Língua Portuguesa em um contexto pressupostamente reconhecido como o lugar do uso da língua portuguesa da norma padrão culta, a saber: as atas das reuniões do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Maringá.

Todo o fazer científico dessa proposta maior se pauta no consenso academicamente legitimado (MARCUSCHI, 2003) de que as diferenças entre a língua falada e a escrita não devem ser vistas como processos colocados em pólos distintos, mas como práticas sociais que, dependendo dos diferentes contextos socioculturais e enunciativos, apresentam diferentes níveis de imbricação uma na outra.

À luz de critérios estritamente sintáticos, a articulação oracional pauta-se no consenso segundo o qual as orações reduzidas são subordinadas a uma estrutura oracional complexa. Todavia a característica problemática da língua, a sua natureza heterogênea permite que diferentes contextos textuais-discursivos apresentem diferentes coreografias sintático-semânticas.

Em especial, devido à grande recorrência das formais nominais do verbo na sessão elegida, enfocamos neste feito as estruturas que constituem as orações reduzidas de gerúndio e os participios passivos, buscando compreender quais são as funções determinantes dessas ocorrências e se elas atendem às normas tradicionalmente estabelecidas como norteadoras da língua padrão ou se elas apontam diferenças suficientemente significativas para respaldar novas concepções sobre o que seja língua portuguesa padrão, no âmbito da sintaxe.

¹ E-mail para contato: bialmeid@yahoo.com.br

2. Referencial teórico

Antes de desenvolvermos a análise do *corpus* desta pesquisa, convém delimitarmos o nosso propósito de estudo inicial. Reconhecemos a variedade terminológica que remete ao objeto de estudo da Sintaxe, tais como oração, frase, cláusula e sentença. Em suma, buscaremos adotar como referencial teórico uma perspectiva que abarque (ou que ao menos se aproxime desta proposta) a totalidade de características da sentença, considerando-a não apenas no nível sintático, mas como *um somatório de propriedades fonéticas, sintáticas e semântico-informacionais* (CASTILHO, 2002, p.85).

Diante do exposto, convém mostrarmos com quais tipos oracionais vamos trabalhar e quais orações serão analisadas e computadas em nossas análises finais, porquanto se faz necessário um corte no *corpus* da pesquisa. Tal segmentação é fundamental, porquanto geralmente as orações realizadas em contextos reais de comunicação apresentam um alto grau de complexidade articulatória que as torna diferentes; devendo ser, conseqüentemente, estudadas considerando-se suas especificidades. Segundo Neves

Todas as línguas têm expedientes para articular suas orações, suas predicções, suas proposições, suas frases, formando frases complexas. Tradicionalmente se faz simplesmente uma dicotomia entre *coordenação* e *subordinação*, e se classificam as subordinadas em substantivas, adjetivas e adverbiais. Entretanto, uma análise dos enunciados efetivos não resiste a essa simplificação. A extensão vai da simples justaposição de orações relativamente independentes (especialmente das conversações) (...) até frases extremamente complexas, típicas de contextos de língua escrita. (NEVES, 2002, p.168)

A frase complexa é aquela na qual se desenvolve mais de um núcleo predicativo, e as orações dependentes ao núcleo oracional são consideradas sob uma perspectiva que leva em conta os graus de dependência e de encaixamento, conforme a tripartição proposta por Hopper & Traugott (*op.cit.*, p171):

parataxe	>	hipotaxe	>	subordinação
- dependência		+ dependência		+ dependência
- encaixamento		- encaixamento		+ encaixamento

A conjunção desses traços é especialmente pertinente diante da necessidade de se considerar o conjunto de aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos presentes na construção de enunciados reais da língua.

Assim sendo, serão foco de nossa pesquisa, devido à quantidade de ocorrências na sessão privilegiada, as orações que apresentem os seguintes traços: +dependência e +encaixamento (ou seja, as tradicionalmente conhecidas como subordinadas); + dependência e – encaixamento (ou seja, as hipotáticas).

Primeiramente, cabe expor que a perspectiva sintático-semântica da oração que passou a atribuir ao verbo o papel de elemento oracional nuclear. Consoante essa abordagem, defendida principalmente por Tesnière (1953 e 1965), Fillmore (1971), Chafe (1970) e Ignácio (1984) (*apud* IGNÁCIO, 2002, p.109), a oração é vista como uma estrutura argumental construída em torno do verbo, porquanto esse item lexical pode pressupor a existência de outros elementos (argumentos) a ele dependentes, garantindo a construção oracional.

O verbo instala o *quadro* (=frame) em que se institui o enunciado ou a frase, envolvendo nomes, os participantes na frase, estabelecendo o esquema definidor dos participantes: os actantes ou ‘casos’ (VILELA & KOCH, 2001, p.350). Em outras palavras, o “quadro actancial” instaurado pelo verbo é tido como um frame e é construído levando-se em consideração as valências quantitativa (números de argumentos exigidos pelo verbo), qualitativa (características morfossintáticas dos actantes) e semântica (categorias semântico-funcionais dos actantes) do verbo (BORBA, 1996, p.20).

Apesar de optarmos por trabalhar com as formas nominais do verbo nessa pesquisa, o conhecimento exposto é importante mediante o fato de que, até em suas formas nominais, os verbos, assim como outros vocábulos, instauram uma rede significativa (*frame*), a qual é construída por meio das combinações sintáticas:

[frame semantic is] a range of semantic and syntactic combinatory possibilities-**valences**-of each word in each of its senses (...) A **lexical unit (LU)** is a pairing of a word with a meaning. Typically, each sense of a polysemous word belongs to a different **semantic frame**, a script-like conceptual structure that describes a particular type of situation, object, or event and the

participants and props involved in it. In the simplest case, the frame-evoking LU is a verb and the Fes [frames elements] are its syntactic dependents. (RUPPENHOFER; ELLSWORTH; PETRUCK et al., 2005, p.5, grifos nossos)

Assim sendo, primeiramente apresentaremos a seção elencada para análise, para, posteriormente, desenvolvermos as considerações acerca das ocorrências predominantes e as possíveis causas relacionadas à preferência dada às formas nominais.

3. Análise do *corpus*

Contexto de ocorrência: Ata 011/2004

Sessão: Considerações, pp.02/03, linhas 37 p.02 até p.03 – 30

Característica: relato do relator, escrito para ser lido, meio estereotipado. *Frame* discursivo que prepara o leitor para ouvir o relato dos pareceres do COU e da secretária. Nesta sublinhamos as formas nominais no gerúndio e evidenciamos em itálico e negrito as formas no participípio.

(1g) Considerando o TERMO DE REALIZAÇÃO DE CURSO (1p) ***assinado*** pela requerente junto à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico – FADEC/UEM, conforme fotocópia (2p) ***juntada*** a este relato; (2g) considerando a cláusula 2ª do TERMO acima (3p) ***citado***: “O (a) ESTUDANTE recolherá à tesouraria da FADEC, como contraprestação do curso objeto deste termo, 18 parcelas no valor de R\$ 125,00”; (3g) considerando a sub-cláusula primeira da cláusula 2ª do mesmo TERMO: “As parcelas terão seus vencimentos no 5º dia de cada mês, a partir de 05/08/2003 a 05/01/2005, devendo ser cobradas através de bloquetos (4p) ***emitidos*** pela FADEC”; (4g) considerando a sub-cláusula segunda da cláusula 2ª do mesmo TERMO: “O não pagamento das parcelas no dia do vencimento acarretará ao (a) ESTUDANTE o pagamento dos seguintes encargos: a) Multa de 2% (dois por cento) do valor da parcela; b) Juros legais de 1% (um por cento) ao mês; c) Correção diária de acordo com o IGP-M, (5p) ***calculada*** sobre a parcela já (6p) ***acrescida*** da respectiva multa e juros”; (5g) considerando as condições da cláusula 3ª do TERMO que são as seguintes: “A falta de pagamento durante três meses consecutivos das quotas implicará o desligamento do (a) ESTUDANTE no curso, com o conseqüente vencimento (7p) ***antecipado*** do saldo devedor do presente compromisso, autorizando a FADEC a proceder à respectiva cobrança administrativa ou judicial do seu crédito, independentemente de quaisquer avisos ou notificações, judiciais ou extrajudiciais, sem prejuízo de sanções acadêmicas e administrativas cabíveis”; (6g) considerando Ofício nº 203/2004-FADEC/DIRE de 24 de junho de 2004, (8p) ***solicitado*** por este relator, a requerente se apresenta inadimplente, ou seja, a partir de outubro de 2003 ela deixou de pagar as mensalidades subsequentes às duas primeiras, nove parcelas até agora, conforme demonstração nesse Ofício, com fotocópia (9p) ***juntada*** a este relato; (7g) considerando que em momento algum fora dado a requerente o direito ou autorização para suspender os devidos pagamentos; (8g) considerando que a requerente, para fazer jus, a direito de requerer, deveria manter as prestações em dia ou estar depositadas em juízo, como prescrevem as normas legais.

3.1. Formas no Gerúndio

Nessa seção, há um frame de legalidade instaurado primeiramente pelo cabeçalho “Considerações”, visto que prepara o interlocutor para tomar conhecimento da exposição dos itens que legitimam os pareceres apresentados nas seções seguintes (“Ciência ao COU e Parecer” – página 03, linha 11-19 – “Parecer da Relatora” – página 03, linha 19-30). Essa legitimidade inclusive é reforçada pelos “considerandos” enumerados ao longo dessa parte da ata. De fato, eles podem ser identificados como um padrão estrutural recorrente nesse tipo de introdução, visto que ao total verificamos oito itens dados a conhecer por meio de orações reduzidas de gerúndio. Por exemplo:

(1g): *Considerando* o TERMO DE REALIZAÇÃO DE CURSO (...);

(2g): *considerando* a cláusula 2ª do TERMO acima citado (...).

De acordo com as descrições das gramáticas tradicionais, tais orações são associadas a processos de subordinação capazes de revelar diferentes relações semânticas, tais como causa, conseqüência, concessão, condição, tempo, modo entre outros. Entretanto o caráter de subordinação na seção de “Considerações” é passível de questionamento, porquanto não se dá em nível estritamente sintático, visto que não há uma oração nuclear da qual tais estruturas adverbiais dependam ou à qual se subordinem.

A recorrência do padrão sintático em questão é compreensível se o considerarmos sob a seguinte perspectiva:

Com referência às relações proposicionais, vale lembrar que as orações de gerúndio, em vez de se ligarem às seqüências adjacentes, podem funcionar como estratégias discursivas, passando a sinalizar informações quanto à estrutura do discurso ou quanto à articulação do falante com o contexto. Certos usos das formas do gerúndio poderiam estar a caminho de uma cristalização como marcador discursivo. (BRAGA, 2002, p.325)

Dessa forma, toda essa seção da ata funciona como uma moldura de referência (=frame) que orienta o leitor/ouvinte para a apreensão do que será asseverado nas seções dos pareceres². De fato, o nível de interdependência se estabelece no âmbito textual, porquanto a exposição dos “considerandos” tem a função de respaldar legalmente as decisões expostas nos pareceres do conselho e da relatora, impondo uma condição de irrefutabilidade a uma possível discussão.

Torna-se, portanto, mais conveniente utilizarmos a noção de dependência sintático-semântica, visto que a subordinação pode ser problemática às realizações lingüísticas feitas na ata e aos aspectos que estão sendo verificados. O vínculo estabelecido entre “Considerações” e “Pareceres” é bastante ambivalente, se pensarmos no fato de que, por um lado, o gerúndio inicia orações sintaticamente subordinadas a uma oração nuclear (a qual, como já expresso, é inexistente), mas, por outro lado, as decisões expostas nos pareceres respaldam-se legalmente nas “Considerações”. Sendo assim, apesar de não haver uma relação estritamente sintática, podemos verificar que, entre as seções em questão, se institui uma relação de causa-conseqüência, porquanto são indicadas nas “Considerações” as causas reais, eficientes ou efetivas que levaram às resoluções expostas nos pareceres. (NEVES, 2000, p.804). O fato de as orações serem reduzidas e, portanto, não iniciarem com conectores, dificulta, inclusive, sua classificação, contudo, como sua função é, fundamentalmente, argumental, consideramos mais adequado tratá-las como orações adverbiais causais reduzidas de gerúndio.

Não podemos afirmar que haja uma construção encaixada ou articulada a outra, mas, consoante Decat (2001, p.150), ocorre uma articulação hipotática que, antes mesmo de assumir funções gramaticais, revela funções de organização discursiva e, inclusive, o modo de planejamento textual.

De acordo com Urbano (1999), o texto escrito e o texto falado apresentam características distintas não apenas no nível meramente normativo, mas em suas formas de realização e de planejamento, porquanto as condições nas quais os textos são elaborados são geralmente plurais.

Assim sendo, o texto falado *emerge e se transmite no próprio momento da interação, num tempo único* (op cit, p.132). A relação entre a tarefa cognitiva comunicativa e a sua verbalização dá-se de maneira praticamente conjunta em contextos interativo-comunicativos, nos quais há uma co-participação entre os interlocutores. No texto escrito, o planejamento e a realização não se dão de maneira conjunta; primeiramente ocorre a atividade mental para, em seguida, ter-se a sua realização verbal. Tais diferenças são decorrentes do tempo destinado à elaboração dos textos em questão, o que leva Urbano a diferenciar os textos sob uma perspectiva de continuidade, qual seja, *relativamente não-planejados* ou *relativamente planejados* (op.cit., p.135)

Dessa forma, a recorrência dos padrões em análise deslinda um planejamento prévio que opta por estruturas “canônicas”; também podemos atentar para o fato de que a relação de interdependência entre as considerações e os pareceres, instaurada pelo uso do gerúndio, pode ser entendida como uma motivação icônica, uma vez que a dependência conceitual estabelecida entre as partes é explicitamente marcada pela utilização de construções reduzidas que, de um modo já estereotipado, não têm total autonomia discursiva.

² De acordo com Decat (2001, p.154), essa é uma função guiadora que algumas das cláusulas adverbiais, assumem, visto que orientam o interlocutor no discurso.

Sob o ponto de vista lógico-semântico, a iconicidade representa a ordem pela qual os *frames* são expostos, à qual a noção de temporalidade está imbricada: primeiramente se consideram os acordos, documentos, enfim, assentam-se as informações compartilhadas para, posteriormente, serem apresentadas as conclusões emitidas no parecer (informação nova no discurso). Os fatos assim expostos não apenas refletem a *percepção dos eventos (perspectiva cognitiva)*, mas ainda, a *organização de uma porção de fala particular, dentro da qual o aspecto cognitivo é apenas um dos componentes, subordinado à intenção comunicativa*³ (NEVES, 2000, p.816), qual seja o não questionamento dos pareceres. Destarte, como as construções adverbiais em questão tencionam orientar o ouvinte para o que será dito em seguida, a sua anteposição revela a iconicidade em *termos da ordem dos eventos e em termos das funções discursivas* (DECAT, 2001, p.148)⁴.

A escolha lexical, inclusive, corrobora a intencionalidade de reforçar a incontestabilidade dos Pareceres, pois *considerar* é um verbo *judicandi*, geralmente utilizado para julgar, emitir juízo e, em cada um dos “considerandos”, são apresentados documentação, termos, cláusulas e ofícios que reforçam a idéia de legalidade, assumindo a função de estratégia argumentativa.

Para finalizarmos a análise desse padrão sintático convém ressaltar que o modo pelo qual as seções das considerações e dos pareceres articulam-se merece atenção, pois, como já explicitado, entre elas há uma relação de dependência, a qual, no entanto, não é estritamente sintática, mas sim discursiva. De fato, o que ocorre é uma mudança de *frame* burocrático; primeiramente, tem-se o *frame* das “Considerações” e, em seguida, “Ciência ao COU e Parecer” e “Parecer da Relatora”. Se considerarmos o nível de dependência entre esses *frames*, podemos verificar que os Pareceres têm autonomia discursiva, enquanto as Considerações não a têm. Nas “Considerações”, há uma enumeração dos “considerandos”, no entanto, como já exposto, não há uma oração principal à qual eles se relacionem. Por sua vez, na sessão dos pareceres, verificam-se conclusões respaldadas pelos “considerandos”, mas sintaticamente autônomas. Assim a dependência é apenas semântico-discursiva no âmbito da legalidade. O parecer caracteriza-se como parte de um processo, no qual há a necessidade de se apresentar justificativas pautadas em dispositivos legais, as quais estão expostas nas “Considerações”, tais como documentos e cláusulas, mas, sintaticamente falando, essa seção caracteriza-se por ter independência, porquanto o sentido das estruturas oracionais não fica em suspenso, por exemplo:

Ata 11, p.3, linhas 12-14: “Dou ciência aos Srs. Conselheiros deste Egrégio Conselho Universitário que a situação da requerente é a de inadimplência e como tal a torna sem o legítimo direito de requer algum benefício, e sim sofrer sanções disciplinares e administrativas.”

Logo, o fato de o uso de orações reduzidas de gerúndio estarem se cristalizando nos revela uma tendência de usos nas Atas, justificada tanto pela necessidade de estruturas eficientes quanto de economia temporal. Há também o fato de se escolher o gerúndio para que, não havendo marca temporal expressa pelo tempo verbal, o documento expresse “atemporalidade”, sendo válido em qualquer momento em que for acessado.

Assim sendo, poderíamos dizer que esses padrões estruturais já se caracterizam como frames sintáticos, visto que sua utilização tornou-se estereotipada e, apesar de, normativamente falando, caracterizarem-se como uma ruptura à norma, dentro da tipologia da Ata são padrões recorrentes que não prejudicam a compreensão textual.

³ Vale ressaltar que a iconicidade poderia, inclusive, se prestar a uma ordem inversa, essa inversão, no entanto, dependeria da intenção e da estratégia discursiva escolhida pelo enunciador que conseqüentemente resultariam em diferentes efeitos informativo-pragmáticos.

⁴ De maneira geral, o estudo da ordem da estrutura oracional é pautado na dicotomia *direta x indireta*, sendo que a primeira é considerada como habitual, típica ou usual, porquanto segue o encadear lógico e natural do pensamento e, conseqüentemente, serve à “linguagem intelectual, filosófica e científica” (NEVES, 1990, p.208); enquanto a ordem inversa caracteriza-se por não atender à ordem lógica do pensamento, por deixar o sentido em suspenso, e por ser influenciada por fatores condicionantes tais como sentimentos, imaginação e paixão, prestando-se mais adequadamente ao discurso literário, especificamente o poético. No entanto, se faz muito mais profícuo buscar entender as causas para essas utilizações, visto que a língua portuguesa possibilita certa liberdade no que diz respeito à disposição dos elementos nas orações. Dessa forma, o que determina a ordem escolhida é a funcionalidade que assume; por exemplo, na condição em que as orações reduzidas de gerúndio são utilizadas, não caberia uma posposição dessas estruturas, porquanto sua anteposição se presta justamente para informar em que se pautam as decisões e resoluções emitidas nos pareceres.

3.2. Formas no Particípio

De maneira geral, a utilização de nominalizações é um recurso que se presta em favor de maior inserção de informações na sentença, sem que, para isso, seja necessário o desenvolvimento de uma construção oracional complexa. Essa característica revela a economia lingüística que visa facilitar a exposição de informações ao leitor e, conseqüentemente, a apreensão de informações mais relevantes. Outro aspecto vinculado a esse uso é a neutralidade, visto que, nas formas nominais, não há marcas de tempo nem de pessoa, características que se prestam à necessidade de não comprometer o falante.

Ainda na seção previamente apresentada, outra forma nominal freqüente é o particípio (em negrito e em itálico). A grande problemática dessa ocorrência é estabelecer se constituem ou não orações reduzidas de particípio. Segundo a Gramática Tradicional, todas as orações que apresentem um verbo em sua forma nominal formam orações reduzidas. Essas são dependentes e não se iniciam por relativo ou por conjunção, nexos subordinativos verificáveis em suas formas desenvolvidas (CUNHA e CINTRA, 2001, p.609). No entanto, Bechara (1978, p.172) afirma que *quando aparecem como simples função qualificadora, à maneira dos adjetivos*, o particípio não constitui oração reduzida.

Diante dessa problemática, faz-se necessário considerar os estudos de Pimenta-Bueno quando propõe que as formas [v+do] podem se dividir em formas verbais e formas não-verbais. A autora apresenta como problemáticas as formas que têm como base verbos transitivos diretos, pois, dependendo do contexto de ocorrência e dos traços com que são marcadas, podem se comportar como verbo ou como adjetivo. Assim, as formas [v+do] podem ser classificadas como verbais, quando ocorrem posteriormente a *ter/haver* (traço [+V]); adjetivais, quando se manifestam em outros contextos exceto entre verbo e sintagma nominal V_SN ou sintagma adjetival V_Sadj (traço [+adj]); ou como particípios passivos que ocorrem em contextos V_SN e V_Sadj, com traço ([+adj] e [+V]) (in DUARTE, 2000).

Apesar de não ser essa análise o enfoque desta pesquisa, faz-se relevante compreendermos tais distinções para, posteriormente, compreendermos suas funções no contexto das Atas.

Consoante Pimenta Bueno (*op.cit.*), as formas não-verbais admitem a possibilidade de acréscimo do sufixo de superlativo *-íssimo*, a colocação posterior aos advérbios *muito* e *bastante* e a possibilidade de substituição por um adjetivo. Por sua vez, as formas verbais não aceitam o acréscimo do sufixo *-íssimo*, podem colocar-se anteriormente aos advérbios *muito* e *bastante* e, como explicado previamente, podem ocorrer nos contextos S_SN e V_Sadj.

Diante do exposto, as ocorrências verificadas no corpus deste feito caracterizam-se como particípios passivos, visto que são verbos transitivos cujo comportamento é totalmente híbrido, ou seja, assim como apresentam características próprias das formas adjetivais, também apresentam propriedades das formas verbais, como, a exemplo, verificamos a seguir:

Em “Considerando o TERMO DE REALIZAÇÃO DE CURSO assinado pela requerente”, o particípio *assinado* aceita apenas uma das condições que o caracterize como adjetivo, a saber, a posposição em relação ao advérbio *muito* – muito assinado -, pois o acréscimo do sufixo *-íssimo* não é possível – assinadíssimo*, nem a substituição por um adjetivo, tal como *assinável*, a substituição só é possível caso seja feita por outro verbo na forma nominal, por exemplo, *considerado*, a qual inclusive poderia ocorrer, por exemplo, no contexto S_Sadj: *termo considerado capaz de respaldar as decisões do parecer*. Outra característica que reforça tal forma como particípio passivo é o próprio agente da passiva *pela requerente*.

Apesar de apenas em (1p) e em (4p) ficar explicitado o agente da passiva, as outras ocorrências também admitiriam esse complemento, por exemplo, em (2p), teríamos: “conforme fotocópia juntada *pela secretária* a este relato”; em (3), “considerando a cláusula 2ª do TERMO acima citado *por mim*”.

Pelo fato, portanto, de haver agentes omitidos podemos relacionar as ocorrências com situações de evento, em oposição a uma leitura de estado, fatores que determinam uma interpretação dos particípios passivos como verbais ou como adjetivais. Uma explicação para os apagamentos dos agentes da passiva verificamos em Gamarski (1996, p.109), visto que

O ponto de partida para uma ou outra interpretação está na possibilidade de se reconhecer a existência de um possível causador ou experimentador; embora elítico, a estrutura implica na percepção de que há algo não dito, mas que pode ser recuperado, na medida em que

características semântico-sintáticas, do texto e do predicado em particular, fornecem dados que permitem a apreensão do elemento capaz de suprir a informação omitida.

Dessa forma constatamos que a preferência desse padrão sintático é justificada justamente para que a explicitude de um sujeito não se faça condição necessária. De fato, elas visam construir um apagamento, para que envolvimento dos participantes seja neutralizado, logo esse uso pode ser considerado uma estratégia de preservação de faces ou de impessoalidade do dito, pois há agentes nas atas que não desejam ser identificados.

Diante da dificuldade em se estabelecer o tipo participial, constatamos, a partir dos dados observados, que as construções analisadas consistem em formas passivas com a elisão de cópula; característica que, inclusive, é corroborada com a posição fixa do verbo, sempre posposto ao vocábulo com o qual se relaciona.

A posposição ganha valor descritivo e não apreciativo, utilização que na ata seria depreciativa, porquanto marcaria um juízo particular explícito, justamente o que é evitado nesses tipos de textos burocráticos, pois as expressões lingüísticas devem deixar de ser uma mera expressão subjetiva dos comunicadores, para, pautadas na norma, conferir “poderes” a um discurso institucional generalizado e não particularizado.

Outro aspecto relevante, que cabe ser mencionado, é o fato de que o verbo ser + participípio indicar voz passiva. Apesar de, na sessão de considerações, não haver o uso de verbos auxiliares de voz passiva, nos trechos marcados pelo não-planejamento prévio essa forma sempre é desenvolvida. Dessa forma pode-se comprovar que as ocorrências nominais constituem orações reduzidas, que devido ao planejamento prévio tendem a uma maior cristalização.

Vale lembrar que a Ata é um documento em que é registrado tudo o que foi dito ou feito em uma reunião. Assim sendo, na seção “Parecer da relatora”, constatamos uma grande extensão de um discurso que se caracteriza por ser relativamente não-planejado, lembrando que, consoante Urbano, a noção de planejamento relaciona-se ao intervalo temporal que permite que haja uma construção antecipada do discurso a ser proferido. Assim sendo, um texto relativamente não-planejado é aquele em que a tarefa cognitiva comunicativa e a sua verbalização dão-se de maneira praticamente conjunta em contextos interativo-comunicativos, nos quais há uma co-participação entre os interlocutores. No caso em questão o contexto é a reunião na qual os conselheiros participantes enunciam o dito a ser registrado pela secretária, sendo que cabe a ela o registro das intervenções orais dos conselheiros. Desse modo, as condições enunciativas fazem que o texto se aproxime da oralidade, pois a secretária não tem tempo hábil para reconstruir as declarações dos participantes, mas deve priorizar, preferencialmente, o registro do que foi dito de maneira a mais fiel possível.

É importante salientar que não estamos tratando as noções de planejamento como formas antagônicas, mas dentro como um *continuum*, fator que nos leva a utilizar a noção de relatividade – texto relativamente planejado previamente e relativamente não-planejado previamente.

Conseqüentemente, as diferenças na forma de planejamento textual refletem-se na realização dos padrões sintáticos, como podemos verificar a seguir:

Tabela 1: Frames sintáticos em textos planejados e não-planejados relativamente

Texto relativamente planejado	Nº	Texto relativamente não-planejado	Nº
Part.pas. sem cópula, sem agente	6	Part.pas. sem cópula, sem agente	23
Part.pas. sem cópula com agente	3	Part.pas. sem cópula, com agente	04
Part.pas. com cópula, sem agente	0	Part.pas. com cópula, sem agente	31
Part.pas. com cópula, com agente	0	Part.pas. com cópula, com agente	05
Total de ocorrências	09	Total de ocorrências	63

Part.pas.:particípio passivo

Ao compararmos as ocorrências verificadas nas duas seções em questão – Considerações e Parecer da relatora – constatamos que a principal diferença entre elas, como previamente posto, é a total predileção pela elisão de cópula na seção de Considerações que constitui um texto estereotipado, burocrático, planejado previamente para ser lido. Em 100% das ocorrências o verbo *ser* é elidido. Ao contrário desse resultado, na

seção que se caracteriza como um texto não marcado pelo planejamento prévio, verificamos que a preferência é dada às construções desenvolvidas, nas quais a cópula faz-se presente (36 ocorrências, ver porcentagem).

Essa economia lingüística também se faz presente na opção feita pela omissão do agente da passiva, pois, consoante os resultados averiguados, a preferência usual é pelas estruturas que permitem o apagamento do sujeito. Essa utilização pode relacionar-se com as noções de neutralidade e de imparcialidade discursivas almejadas pelos locutores (a partir do momento em que apenas as informações essenciais são expostas, há menos probabilidade de se envolver com informações que possam ser cogitadas e que, conseqüentemente, dêem margem a pedidos de pareceres de vista) ou até mesmo para que não haja uma incriminação direta, seja ela por desconhecimento de um culpado ou mesmo para manter a preservação de faces. Por exemplo, no excerto (1), verificamos um alto grau de comprometimento de “Mario Lunardeli” com a ação relatada, visto que seu nome é citado como o responsável pela retirada da lei:

(1) problema de colocar em vigor uma *lei que foi retirada* de vigor no CAD pelo professor Mário Lonardoni.

Por sua vez, em (2), (3) e (4), percebemos que ou não se sabe quem fez o referido acordo de forma ilegal, ou busca-se não expor de maneira difamatória a pessoa em questão, almejando-se a preservação de sua face:

(2) O conselheiro disse que a preocupação agora, *é que foi feito* esse acordo informal;

(3) esse acordo já *havia sido feito* dentro do departamento;

(4) *o Termo assinado* entre a Fadec e a UEM, prevê três vagas adicionais (Cláusula Quinta, inciso VII);

Já no trecho (5), busca-se uma amenização de uma possível acusação, a qual é reforçada inclusive pela expressão *Com todo respeito aos conselheiros Antonio Agenor Denardi e Orlando Rus Barbosa*.

(5) Com todo respeito aos conselheiros Antonio Agenor Denardi e Orlando Rus Barbosa, falar que *o acordo foi feito* sem a vaga, isso não é verdade;

Igualmente, no trecho (6), se fosse apontado o responsável pela falta de alteração, estar-se-ia o acusando de inadiplência administrativa, confirmando a busca de imparcialidade relacionada à utilização do *frame* sintático em questão:

(6) No entanto, a servidora Lucimeiry de Oliveira Silva (...) está correta, por que o CAD analisou o projeto, mas não atentou para o fato de que todos os alunos teriam esse desconto de 50%, e *essa alteração não foi feita* no Termo Aditivo ou no Convênio;

Todas essas considerações nos remetem aos pressupostos sugeridos por Van Dijk (1999), visto que o contexto enunciativo influencia, determina e direciona o comportamento lingüístico que os interlocutores devem assumir (pressuposto da funcionalidade). No que diz respeito ao pressuposto construtivista, verificamos uma tendência a um freqüente abrandamento discursivo, fazendo com a representação mental construída pelos interlocutores seja de um discurso polido que revele respeitabilidade uns com outros. Inclusive, essa adequação entre intenção e situação comunicativa deslinda o que Van Dijk (1999) denomina de pressuposto pragmático e situacional, porquanto espera-se que, no contexto de uma reunião realizada em uma instituição universitária, se busque não instaurar um discurso polêmico, fator que se presta à preservação de faces esperada nesse tipo de ocasião.

Ainda com relação ao apagamento do agente, constatamos uma promoção inferida ao elemento que, na voz ativa, caracterizar-se-ia como objeto. Dessa forma o sujeito paciente é topicalizado e assume a posição de sujeito, enquanto o agente da passiva – sujeito na voz ativa – assume uma posição satélite, não havendo qualquer problema no fato de esse agente ter sido removido, até mesmo porque, em algumas ocasiões, conforme verificado, busca-se justamente essa não-obrigatoriedade.

Além do exposto, a utilização do padrão sintático em questão também é decorrente de o fato de o elemento elíptico ser facilmente resgatável/depreendido no contexto, como em (7) e (8) ou pelo fato mero de não

se ter certeza de quem é o referente, como em (9) (função usualmente reconhecida pela Gramática Tradicional da língua):

(7) os servidores que tiverem direito, dentro do que é preconizado [pela lei];

(8) Disse que esse é um curso especial, porque *é oferecido* [pelo Departamento de Administração] especificamente para os servidores da UEM e o Departamento de Administração;

(9) *Esse pedido foi analisado* em cima dos fatos e da norma institucional vigente para esse caso;

Diante dos resultados obtidos, constatamos a preferência pelo uso de formas cristalizadas nos textos burocráticos, planejados previamente; e a presença de orações desenvolvidas com a explicitude da cópula em textos relativamente não planejados.

4. Considerações finais

Na estrutura da Ata, pudemos observar que há trechos previamente elaborados e que, dessa forma, são escritos para serem lidos. Um exemplo é a seção de “Considerações” estudada neste feito por se tratar de um discurso previamente elaborado pelo relator, evidenciando que seu planejamento e sua realização textual não se dão de maneira conjunta. Por sua vez, as seções nas quais são desenvolvidos o parecer do Conselho e da relatora e o próprio relato da análise feita na reunião podem caracterizar-se como um discurso elaborado no instante da reunião, com o objetivo de se registrarem o “acontecido”, o “discutido” e o “deliberado” no momento⁵. Tais diferenças de planejamento, como já previstas por Preti (1999) resultam em diferenças de produções discursivas, como verificamos nos tipos *frames* (padrões sintáticos) explanados ao longo deste artigo.

Como previamente explanado, as formas nominais constituem um padrão estrutural recorrente no contexto das Atas do COU, dessa forma constatamos que a nominalização e a concisão são recursos que se prestam à questão da neutralidade, da imparcialidade e da atemporalidade, características necessárias à situação comunicativa em questão. Tais *frames* compõem um texto estereotipado, tendendo à cristalização de forma e ao apagamento dos sujeitos envolvidos na situação comunicativa. Essas conclusões deslindam particularidades das formas nominais, considerando-as sob uma perspectiva que excede os estudos tradicionais.

5. Referências bibliográficas

BECHARA, Evanildo. *Lições de Português pela Análise Sintática*. 11.ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1978.

BORBA, Silva Borba. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática, 1996.

BRAGA, Maria Luiza. “Processos de redução: o caso das orações de gerúndio”, in Ingedore V. Koch (org.), *Gramática do Português Falado – Vol VI: Desenvolvimentos*. Campinas: Ed.Uncamp, 2002. 2.ed.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento; SARAIVA, Maria Elizabeth Fonseca; BITTENCOURT, Vanda Oliveira et al. *Aspectos da gramática do português: uma abordagem funcionalista*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

DUARTE, Paulo Mosânio Teixeira; Lima, Maria Claudete (colaboradora). *Classes e Categorias em Português*. Fortaleza: EUFC, 2000.

GAMARSKI, Léa. “Produtividade e produção de participios passivos”, in Mary^a Kato (org.), *Gramática do Português Falado – Vol V: Convergências*. Campinas: Ed.Uncamp, 1996.

⁵ Um estudo comparativo entre as seções das “Considerações” e dos “Pareceres” encontrar-se-á na monografia da qual este artigo é um recorte.

MARCHUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 4.ed. – São Paulo: Cortez, 2003.

NEVES, Maria Helena de Moura, “A questão da Ordem na Gramática Tradicional”, in Ataliba Teixeira de Castilho (org.), *Gramática do Português Falado – Vol I: A Ordem*. Campinas: Ed.Unicamp/Fapesp, 1990.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

IGNÁCIO, Sebastião Expedito. *Análise Sintática em Três Dimensões*. São Paulo, Editora Ribeirão Gráfica, 2002.

PRETI, Dino. 1999. *Tipos de frames em falantes cultos*. In PRETI, Dino (Org.). Estudos da língua falada: variações e conflitos. São Paulo: Humanitas, 1999, p. 71-86.

URBANO, Hudnilson. 1999. *Variedades de planejamento no texto falado e no escrito*. In PRETI, Dino (Org.). Estudos da língua falada: variações e conflitos. São Paulo: Humanitas, 1999, p. 131-151.

VILELA Mário; KOCH, Ingedore Villaça. *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina, 2001.

RUPPENHOFER, Josef; ELLSWORTH, Michael; PETRUCK, Miriam R. L. et al. *FrameNet: Theory and Practice*, 2005. Disponível em: <http://framenet.icsi.berkeley.edu/book/book.html>. Acesso em 25 junho 2006.